

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

Marcelo Sena Jaques

**AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DE BELO HORIZONTE:  
Políticas públicas de esporte e lazer**

Belo Horizonte

2023

Marcelo Sena Jaques

**AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DE BELO HORIZONTE:  
Políticas públicas de esporte e lazer**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas.

Orientador: Claudio Burian Wanderley

Belo Horizonte

2023

J36a Jaques, Marcelo Sena.  
Avaliação de resultados do Programa Esporte e Lazer da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Belo Horizonte: Políticas públicas de esporte e lazer [manuscrito] / Marcelo Sena Jaques. – 2022.  
[09], 51 f. : il.

Monografia de conclusão de Curso (Especialização em Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2022.

Orientador: Claudio Burian Wanderley

Bibliografia: f. 49-51

1. Esporte - Políticas Públicas - Belo Horizonte (MG). 2. Lazer - Políticas Públicas - Belo Horizonte (MG). 3. Programa Esporte Esperança - Avaliação - Belo Horizonte (MG). 4. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - Belo Horizonte (MG). I. Wanderley, Claudio Burian. II. Título.

CDU 379.8:32:35 (815.11)

Autor: Marcelo Sena Jaques

Título e subtítulo: Avaliação de resultado do Programa Esporte e Lazer da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Belo Horizonte: Políticas públicas de esporte e lazer.

Natureza: Monografia

Objetivo: monografia de conclusão do curso de Especialização em Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas da Fundação João Pinheiro, para a obtenção do título de especialista.

Nome da instituição: Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro.

Área de concentração: Políticas Públicas

*Aprovado na Banca Examinadora*

---

Cláudio Burian Wanderley (Orientador)

Doutor em Ciências Econômicas

Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro

---

Marcus Vinícius Gonçalves da Cruz (Avaliador)

Doutor em Administração

Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro

Belo Horizonte, 04 de abril de 2023.

# **AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DE BELO HORIZONTE: Políticas públicas de esporte e lazer**

## **RESUMO**

Este estudo se propôs a apresentar os resultados da avaliação realizada sobre o *Programa Esporte Esperança*, política pública que busca enfrentar os desafios que se apresentam para a formação do atleta e do cidadão. O recorte estabelecido foi a avaliação de resultados, que permite a avaliação de programas já implantados. O referido programa constitui-se em política pública de esporte e lazer da *Secretaria Municipal de Esporte e Lazer* da Prefeitura de Belo Horizonte, destinado a crianças e adolescentes, residentes das áreas socialmente vulneráveis, oferecendo oficinas esportivas desenvolvidas do esporte educacional. O enquadramento metodológico foi adotar um referencial teórico que fundamentem a abordagem da avaliação realizada. A partir dos questionários aplicados, constatou-se que os usuários estão, de modo geral, satisfeitos com o programa, demandando uma ampliação destes (maior número de aulas e jogos amistosos). Melhorias pontuais nos equipamentos utilizados também foram apontadas. A principal contribuição que esse estudo representa é possibilitar o entendimento dos pontos a serem melhorados no programa e acima de tudo contribuir com a informação de dados sobre as Políticas Públicas de esporte e lazer.

**Palavras-chave:** Programa; Avaliação; Esporte; Lazer; Políticas Públicas.

## **Abstract**

This study aimed to present the results of the evaluation carried out on the Esporte Esperança Program, a public policy that seeks to face the challenges presented in the athlete and citizen sport formation. It was made a results evaluation, which allows the evaluation of already implemented programs. This program is a public sport and leisure policy of the Belo Horizonte Sport and Leisure Municipal Secretariat aimed at children and adolescents residents of socially vulnerable areas that offers educational sports workshops to them. From the applied questionnaires, it was verified that the users are, in general, satisfied with the program, demanding an expansion of these (greater number of classes and friendly games). Occasional improvements in the equipment used were also pointed out. The main contribution that this study represents is to enable the understanding of the points to be improved in the program and, above all, to contribute with the information of data on the Public Policies of sport and leisure.

Key words: Program; Assessment; Sport; Leisure; Public policy.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Gênero dos participantes do Programa Esporte Esperança.....	39
Gráfico 2: Faixa etária dos participantes.....	40
Gráfico 3: Distribuição dos participantes de acordo com o tempo de participação no programa.....	40
Gráfico 4: Distribuição dos usuários de acordo com a avaliação do local de atendimento do programa.....	41
Gráfico 5: Distribuição dos usuários de acordo com a avaliação das aulas do programa.....	42
Gráfico 6: Distribuição dos usuários de acordo com a avaliação dos resultados.	43
Gráfico 7: Distribuição dos usuários de acordo com a nota dada ao programa como um todo.....	44

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Metas estabelecidas para o Projeto Esporte Esperança (PEE) para 2022.....	26
Quadro 2: Quantidade de alunos matriculados e de questionários aplicados por núcleo.....	38

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organograma da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer da Prefeitura de Belo Horizonte.....	21
Figura 2: Árvore de problemas do programa Esporte Esperança da Prefeitura de Belo Horizonte.....	28
Figura 3: Mapa de processos e resultados relacionado ao Programa Esporte Esperança da Prefeitura de Belo Horizonte.....	30
Figura 4: Modelo de Pesquisa de Satisfação aplicada.....	37

## LISTA DE SIGLAS

AMAS	Associação Municipal de Assistência Social
DPM	Diretoria de Planejamento, Monitoramento e Avaliação
PBH	Prefeitura de Belo Horizonte
PEE	Programa Esporte Esperança
PM	Polícia Militar
SMEL	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
MaPR	Mapa de Processos e Resultados

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 ESPORTE, LAZER E POLÍTICAS PÚBLICAS.....</b>	<b>12</b>
2.1 Esporte e Lazer .....	12
2.2 Políticas Públicas de Esporte e Lazer.....	13
<b>2. BREVE TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS POLÍTICAS PUBLICAS DE ESPORTE E LAZER.....</b>	<b>15</b>
2.1 Políticas Públicas .....	16
2.2 Trajetória de Esporte e Lazer.....	19
<b>3 PROGRAMA ESPORTE ESPERANÇA .....</b>	<b>21</b>
4.1 Características do Programa .....	23
4.2 Árvore de problemas .....	27
4.3 Mapa de processos e resultados (MaPR) .....	29
4.4 Diferentes possibilidades de Monitoramento e Avaliação.....	30
<b>5 AVALIAÇÃO DO PROGRAMA ESPORTE ESPERANÇA .....</b>	<b>34</b>
5.1 Sujeitos da pesquisa: .....	35
5.2 Procedimentos metodológicos .....	35
5.3 Resultados do monitoramento e avaliação do programa esporte esperança .....	36
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>47</b>
<b>7 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>49</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A proposta deste estudo é apresentar os resultados da avaliação dos resultados realizada sobre o *Programa Esporte Esperança* da prefeitura de Belo Horizonte. Este busca levar atividades esportivas para crianças e jovens do município, particularmente aqueles em maior vulnerabilidade social.

Para este trabalho, foi adotado a última fase do ciclo político a *avaliação de políticas e correção de ação (evaluation)*, que permite a avaliação de programas já implantados e a obtenção dos resultados efetivamente obtidos (Frey, 2000, p. 229). A partir dos resultados pode-se avaliar se o programa carece de ajustes, uma reformulação ou se está dentro das expectativas iniciais.

Nas democracias as políticas públicas supostamente ocorrem através de diálogos para construção das diretrizes de planejamento e procedimentos sócio-políticos que visam atender às demandas da população. O chamado ciclo político possui alguns estágios, a formação da agenda, a formação de alternativas e a tomada de decisão, implementação e, por fim, seu monitoramento e avaliação.

Uma falha de comunicação entre os atores envolvidos ou no controle dos agentes políticos por parte da sociedade no ciclo da política pode comprometer o seu desenvolvimento. A participação popular através de conselhos e sindicatos pode ser muito importante na formação da agenda da política pública.

Segundo o filósofo político italiano Norberto Bobbio (2000) podemos perceber três tipos de poder: o paterno, o despótico e o político. Tão importante quanto o reconhecimento da existência dessas diferentes manifestações de poder é a percepção da dinâmica do seu exercício. O poder paterno é exercido supostamente nos interesses dos filhos e fundamentado pela natureza, o poder despótico direciona-se para o interesse do senhor e tem como fundamento o castigo. Já o poder político pode ser exercido no interesse de quem governa e é governado tendo como fundamento o consenso.

Em função da dimensão e complexidade que envolve tanto o universo das Políticas Públicas quanto a área de esporte, com o intuito concentrar o olhar investigativo deste estudo, delimitou-se um recorte para o órgão responsável pelo fomento de políticas públicas de esporte e lazer em Belo Horizonte, a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL). A referida secretaria, desde a sua fundação em 1983, tem a missão de planejar, executar, monitorar e avaliar

as políticas públicas por ela implementada. Além disso é responsável pela manutenção de diversos equipamentos públicos voltados para a prática do esporte e lazer espalhados pelo município. Atualmente atende crianças, adolescentes, adultos, idosos e pessoas com deficiência em diversos programas e parcerias com o terceiro setor. Como já foi dito, pretende-se avaliar neste trabalho o Programa Esporte Esperança desta secretaria.

Este estudo está dividido em mais cinco seções distintas a seguir, uma breve fundamentação teórica que apresenta os principais conceitos que envolvem a temática de esporte e lazer, um breve histórico da atividade de Políticas Públicas e do Esporte, o Programa Esporte Esperança, a metodologia assim como os resultados da avaliação feita e, por fim, as conclusões de praxe.

A expectativa é que este estudo possa contribuir com as publicações que possam oferecer informações aos interessados e pesquisadores do tema, em especial de políticas públicas para o esporte e lazer que ainda é muito carente de estudos e pesquisas na área.

## 2 ESPORTE, LAZER E POLÍTICAS PÚBLICAS

A relevância deste referencial teórico se encontra no fornecimento de subsídios e elementos que fundamentam os aspectos conceituais e teóricos do estudo em questão, contribuindo para a eficiência das análises a serem realizadas e possibilitar resultados construídos com a consistência do conhecimento científico.

### 2.1 Esporte e Lazer

A disseminação de práticas esportivas é um fenômeno que abrange toda a sociedade independentemente da classe socioeconômica, da faixa-etária ou do gênero. Segundo Tubino (1993, p.8), “o termo esporte vem do século XIV, quando os marinheiros usavam as expressões ‘fazer esporte’, ‘desportar-se’ ou ‘sair do porto’ para explicar seus passatempos que envolviam habilidades físicas” (TUBINO, 1993 p. 08).

O termo “desport” era utilizado na França, com base nos princípios de prazer, descanso que com o decorrer do tempo, foi modificado para Sport e foi inserido no vocabulário inglês. Os espanhóis usam o termo *deporte*, os italianos *deport* e os portugueses, *desporto* (LYRA, 1973). Esse foi o termo utilizado na Constituição Brasileira. Porém, ao longo do território brasileiro outros termos foram sendo implantados e utilizados.

Neste horizonte, Cagigal (1979) expôs o caráter multifuncional do esporte e caracterizou-o em duas dimensões a) o esporte-espetáculo e b) o esporte-práxis. A primeira dimensão está intimamente ligada ao esporte de alto rendimento e a segunda dimensão alicerçada em atividades lúdicas e espontâneas. Complementando essas funções, Bento (1991) expõe outras, como a recreação, a comunicação entre os praticantes, o bem-estar e a saúde.

De acordo com Zuchetto; Castro, (2002) e Costa; Sousa, (2004) as práticas de esporte possibilitam inúmeros benefícios tais como o desenvolvimento físico, metabolismo, aspectos cardiorrespiratórios, além das características psicológicas, resultando no aumento do bom humor e redução do estresse (ZUCHETTO; CASTRO, 2002; COSTA; SOUSA, 2004). Outro aspecto positivo da prática de lazer é o fator de melhorar o desenvolvimento das qualidades sociais, aumentando a empatia pelas pessoas (2002; 2004).

## 2.2 Políticas Públicas de Esporte e Lazer

No caso das políticas públicas de esporte e lazer, percebe-se um subcampo onde se formula e implementam-se as políticas públicas o qual é marcado por uma grande heteronomia, já que as suas coações externas são constantes em seu funcionamento. Tal abertura, por sua vez, abre espaço para que o esporte seja utilizado como moeda de troca eleitoral, com um tom salvacionista (LINHALES, 2001), ou ainda conforme garante Veronez (2005), exclusivamente sob a ótica do esporte de alto rendimento.

Fazer uma abordagem sobre políticas públicas de esporte e lazer exige “que se mapeie o espaço social onde ela é produzida”, é preciso avançar no “entendimento das relações entre os agentes, até que se atinja as políticas públicas preferidas entre as que foram efetivadas. Esse processo está ancorado ao conceito de campo político/burocrático” (BOURDIEU, 2005, p. 68).

Bourdieu (2007a), destaca três conceitos básicos da construção teórica: campo, habitus e capital. Ressalvando que além há ainda os conceitos de agentes e estruturas. Toda essa questão se condensa nos três principais conceitos citados, cujo cerne é “a relação, de mão dupla, entre as estruturas objetivas (dos campos sociais) e as estruturas incorporadas (dos habitus)” (BOURDIEU, 2007a).

A ação dos agentes e a estrutura da relação entre eles, sinalizada por Bourdieu, é o que dá sentido lógico ao campo aos quais estão diretamente relacionadas as posições assumidas por cada um dos agentes no interior do espaço social:

[...] é a estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes que são [...] os princípios do campo. É a estrutura das relações objetivas entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer. Ou, mais precisamente, é a posição que eles ocupam nessa estrutura que determina ou orienta, pelo menos negativamente, suas tomadas de posição (BOURDIEU, 2004c, p. 23).

As políticas públicas são administradas por agentes, os quais são eleitos para a sua elaboração. Estes agentes, organizados de acordo com arranjos

políticos, "interferem na seleção de prioridades para a alocação dos recursos públicos, que são extraídos da população e que a ela deveriam retornar, redistributivamente, na forma de programas e serviços públicos" (LINHALES, 1998, p. 73). É nessa situação que se pode identificar aqueles que estão "no campo político/burocrático e seus respectivos subcampos produzindo políticas públicas", e aqueles que estão "de fora" e eleger os que farão parte do "jogo".

Portanto, implantar políticas públicas que dê a possibilidade de práticas de esporte, por intermédio da manutenção dos espaços públicos, além de programas que contribuam com a democratização e manutenção da população ativa nos esportes passa a ser algo natural. Neste sentido, é importante focar principalmente nos segmentos sociais excluídos naturalmente destas práticas. Andrade e Almeida (2012) afirmam que as políticas públicas precisam ser estruturadas, levando em consideração principalmente às pessoas com deficiência que enfrentam limitações tanto físicas quanto ambientais (ANDRADE e ALMEIDA; 2012).

## **2. BREVE TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER**

Ao analisar as políticas públicas de esporte e lazer, fez-se necessário abordar os conceitos sobre lazer e como o esporte é associado a ele. O lazer começou a ser discutido após a revolução industrial com a mudança de comportamento da sociedade em relação ao trabalho. Nessa época, ele era associado ao tempo livre do não trabalho.

No Brasil, as constituições federais de 1933, 1937 e 1988 também indicaram ações referentes ao lazer associado ao não trabalho. Além de algumas legislações importantes que impulsionaram a necessidade de políticas públicas de esporte e lazer (PINTO, 2002). Segundo o autor, as constituições federais de 1934 e 1937 institucionalizaram a legalização do tempo livre como um período de não trabalho, assegurando ao trabalhador o direito ao descanso (PINTO, 2002).

Em 1943 com a consolidação das leis trabalhistas e garantia de descanso remunerado, férias, feriados e domingos, a necessidade da criação de políticas públicas na área aumentou consideravelmente.

A Constituição Federal de 1988 consolida o acesso ao esporte e lazer como direito fundamental e dever do estado. Nessa nova perspectiva o conceito sobre o lazer como o não trabalho ganha um novo sinônimo para um espaço de além do descanso, próprio para a transmissão, transformação e reflexão cultural (MARCELLINO, 2007). A constituição determinou que é função do estado promover e fomentar práticas esportivas formais e não formais como direito dos cidadãos brasileiros nos levando as duas interpretações, sendo a primeira no âmbito jurídico legal que a iguala a outros direitos, tais como moradia, segurança e saúde e a necessidade de mecanismos que garantam o acesso.

Neste momento pode-se perceber uma concepção que considera unicamente as atividades físicas esportivas e desconsidera o campo cultural do lazer, portanto este trabalho irá tratar os termos esporte e lazer conjuntamente quanto a referência de políticas públicas nessas áreas. Vale destacar que ao associar os termos esporte e lazer não significa que são iguais. Ambos possuem suas particularidades e devem ser tratados de forma diferente na implementação

de políticas públicas. Para Castellani Filho (2007), o esporte que não prioriza a performance encontra no lazer uma possibilidade de expressão.

Mesmo com a constituição garantindo o acesso ao esporte e lazer no Brasil as políticas públicas relacionadas ao tema só tiveram sua efetivação com a criação do Ministério do Esporte em 2003. Portanto coube ao recém-criado Ministério do Esporte a missão de “formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano” (BRASIL, 2004 p.4).

Em 2017 a PBH através da lei municipal nº 16.065/2017 e decreto nº 16.680/17 reorganizou sua estrutura do poder executivo. A nova lei estabeleceu normas e procedimentos para a modernização da gestão municipal. Dentre as alterações o monitoramento e avaliação de suas políticas e programas ganharam destaque. Cabe ressaltar que a lei 13.019/2014 que regulamenta a parceria do poder público com o terceiro setor já trazia a obrigatoriedade de monitorar e avaliar as parcerias. Isso fez com que os governos municipais criassem departamentos dentro das secretarias para tal finalidade. Na SMEL foi criada a Diretoria de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (DPMA) órgão responsável por todo o monitoramento e avaliação das parcerias e seus próprios programas. Em 2021 um novo decreto nº 17.739/21 substituiu o de 2017 que dispõe sobre a estrutura organizacional da secretaria.

## **2.1 Políticas Públicas**

Nos últimos tempos, a área determinada como políticas públicas vem ganhando expressão e importância junto as empresas e a sociedade como um todo. Essa condição se deve a vários fatores. “O primeiro fator foi a adoção de políticas restritivas de gasto, as quais dominaram as agendas das maiorias dos países, em especial os em desenvolvimento” (SOUZA, 2002, p. 03). Outro fator resulta “das novas visões sobre o papel dos governos” que ganharam hegemonia e políticas keynesianas, direcionando a política pública do pós-guerra, as quais foram substituídas pela ênfase no ajuste fiscal (2002, p. 03). Essa agenda, ganhou espaço a partir dos anos 80. Um terceiro fator que influenciou a forte adesão as práticas de Políticas Públicas, tem relação direta com a situação dos

países em desenvolvimento e de democracia recente ou recém democratizados, em especial, os da América Latina, que ainda encontram dificuldades em delinear políticas públicas que impulsionem o desenvolvimento econômico e promovam a inclusão social (SOUZA, 2002, p, 03).

A política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica surge nos EUA, sem seguir a tradição europeia, que consistia mais em análises sobre o Estado e suas instituições do que em produções dos governos. Dessa forma, a área das políticas públicas surge nos EUA no mundo acadêmico a partir de teorias explicativas estabelecendo relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado e enfatizando os estudos sobre a ação dos governos (SOUZA, 2002, p, 03).

Nos anos trinta, Laswell (1936), introduziu “a expressão *policy analysis* (análise de política pública)”, com o objetivo de “conciliar o conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos”, além de estabelecer “o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo”. (SOUZA, 2006, p. 24).

No princípio as empresas denominavam de “ações sociais” e “ações filantrópicas” as atividades que tinham por objetivo o engajar-se na questão social. Conforme afirmam Correia e Medeiros, Bowen (2003) em sua obra “*Social Responsibility of the Businessman*” usa o termo *Responsabilidade Social* pela primeira vez e define: “as obrigações dos homens de negócios de adotar orientações, tomar decisões e seguir linhas de ação, que sejam compatíveis com os fins e valores de nossa sociedade”.(ABDALA.; TAKIMURA, 2012).O conceito de “racionalidade limitada” dos decisores públicos (*policy makers*) surge em Simon (1957), argumentando que a limitação da racionalidade podia ser minimizada através do conhecimento racional”. (Apud. SOUZA, 2006, p.24).

No entanto Lindblom (1959) questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propõe que se incorpore “outras variáveis à formulação e análise de políticas públicas”. Em sua concepção, seria necessário incorporar “as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório, o qual não teria necessariamente um fim ou um princípio”. (Apud. SOUZA, 2005, p. 24)).

Contribuindo com a temática, Eastone (1965) defini-a como “uma relação entre formulação, resultados e o ambiente”. Para o autor, “as políticas públicas recebem influências dos partidos políticos, da mídia e de grupos de interesse, que interferem nos resultados e efeitos”. (Apud. SOUZA, 26, p. 24).

Mead (1995) afirma que “não há uma única definição sobre política pública, ele a define como um espaço aberto dentro do campo de estudo e análise sobre as grandes questões públicas” (Apud, SOUZA, 2005, p.25).

Já para Linn (1980), a definição é de um conjunto específico de ações do governo que vão gerar efeitos específicos. Essa definição encontra eco em Peters (1986), que considera política pública, como sendo a soma das atividades governamentais que atuam diretamente, ou por intermédio de delegação influenciando a vida dos cidadãos. Já Dye (1984) define política pública sintetizando como sendo a ação que o governo opta por fazer ou não (Apud. SOUZA, 2006, p. 25).

Contudo, tem-se como a definição mais conhecida a de Laswell, (1936) ao considerar que, as decisões e análises sobre política pública implicam respostas as questões de quem é beneficiado, de que forma, por qual razão e que diferença isso fará. (Apud. SOUZA, 2006, p. 25).

Na concepção de Preston e Post (2001, p. 40), “a responsabilidade pública é responsável pela responsabilidade social que é uma função da gestão das organizações no contexto da vida pública” (Apud, CAROL, 2001, p.44). Os autores têm um entendimento de que o princípio da responsabilidade pública se estende além do âmbito legal, eles definem duas áreas de gestão da responsabilidade social: “a área do envolvimento primário que envolve, o comportamento e as transações que derivam diretamente da característica e da operação intrínseca da empresa; e a área de envolvimento secundário, a qual inclui os impactos e os efeitos gerados por suas atividades primárias”. Portanto, “a responsabilidade social das empresas envolve suas áreas primárias e secundárias” (SOUZA, 2008, p. 20). E Clarkson (1995) destaca que a matriz da responsabilidade social apresentada por Preston limitava-se às políticas e programas com temas sociais (2008, p. 20).

Encontra-se em Borger (2001) uma constatação as ideias de responsabilidade pública expostas por Preston e Post, alegando “serem vagas e pouco aplicável, partindo do princípio de que é muito difícil delimitar o que é público e o que é privado” (MACEDO, 2010, p. 31).

A maioria dos debates sobre políticas públicas giram em torno do papel que cabe aos governos na definição e implementação de políticas públicas. Na concepção de Evans, Ruescmeyer e Skocpol, (1985) “sociedade e Estados complexos como o nosso, no processo de definição de políticas públicas, estão mais próximos da perspectiva teórica daqueles que defendem que existe uma autonomia relativa do Estado”, que permite ter um espaço próprio de atuação, ainda que sob as influências externas e internas. São essas autonomias, mesmo que relativas, que possibilitam gerar determinadas capacidades, as quais criam as condições para a implementação de objetivos de políticas públicas.

Cabe registrar o reconhecimento de outros segmentos, fora da área governamental, que se envolvem na formulação de políticas públicas, tais como os grupos de interesse e os movimentos sociais, com maior ou menor influência, cada um, de acordo com seu tipo de política (PETERS, 1998, p. 409).

No Brasil, ainda se carece de mais Políticas Públicas que venham a combater e ajudar as diferenças sociais, colaborando com o esporte, a arte e a educação de modo geral.

## **2.2 Trajetória de Esporte e Lazer**

Em termos de produção científica que gere conhecimento e dados sobre políticas pública de esporte e lazer no Brasil, a trajetória ainda é pequena, gira em torno de um quarto de século. Só para citar alguns dos primeiros teóricos que têm se dedicados a produção e publicação, encontra-se: Eduardo Dias Manhães com o livro “*Política de Esporte no Brasil*” de 1986 (LINHALES; PEREIRA FILHO, 1999, p. 37). Esses autores registram em seus estudos as principais perspectivas das políticas públicas de esporte e lazer, tomando por base os dados trabalhados em publicações de Manhães (1986).

Com a necessidade do país de contemplar o esporte e lazer conforme direitos sociais estabelecidos na Constituição de 1988, abriu espaço para se buscar alternativas mais democratizantes para a ação do poder público no setor.

“Tais construções não têm sido simples, mas constituem um segundo eixo orientador da produção de conhecimento no campo das políticas públicas” (LINHALES; PEREIRA FILHO, 1999, p. 41).

Os autores relatam que essa busca e caminho trilhado a partir daí, demonstra que houve uma clara aproximação das propostas de cunho sociais e não mais apenas, um agente que discute a produção de políticas públicas. Linhares; Pereira Filho, (1999, p. 41):

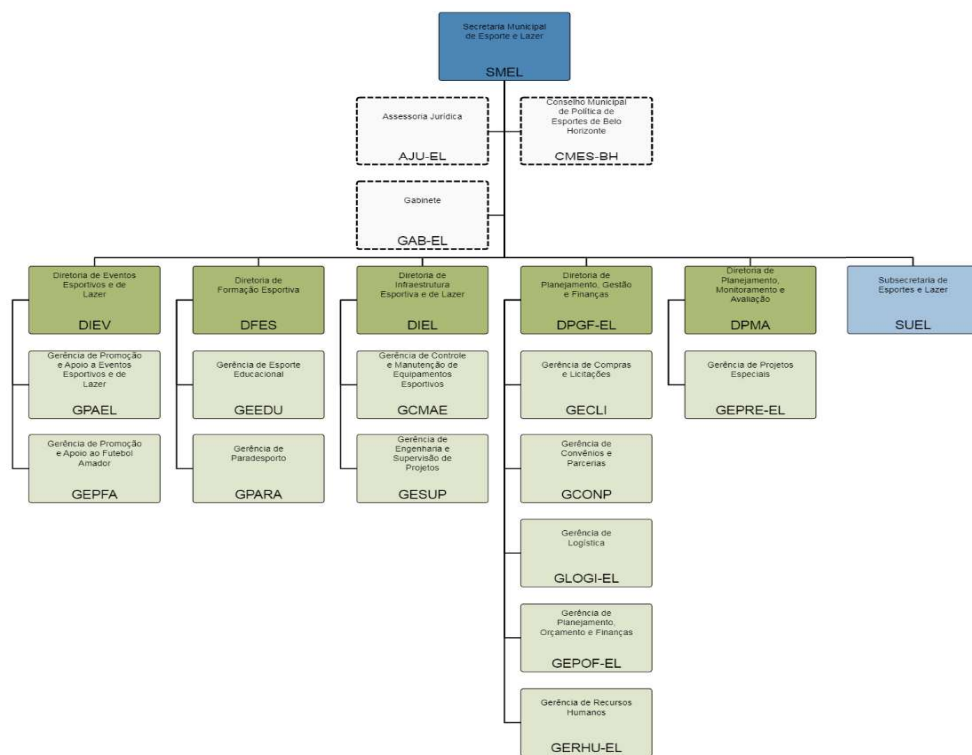
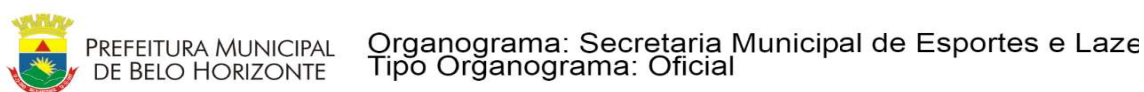
Considerar a Educação Física, o Esporte e o Lazer como políticas sociais implica relacioná-los à questão da cidadania. A nosso ver, este é um princípio orientador das ações políticas e das opções teórico-metodológicas para o setor. Os dilemas e pressões presentes no cenário político brasileiro convidam-nos a um posicionamento que seja capaz de levar em consideração os movimentos sociais, as demandas e organizações populares e ainda os significativos projetos setoriais que emergem e se fortalecem na ação pública de partidos políticos comprometidos com a realização dos direitos de cidadania. (LINHALES; PEREIRA FILHO, 1999, p. 45-6).

Uma vez discutidos estes conceitos, é possível descrever o Programa Esporte Esperança que pretendemos avaliar. Isto será feito no próximo capítulo.

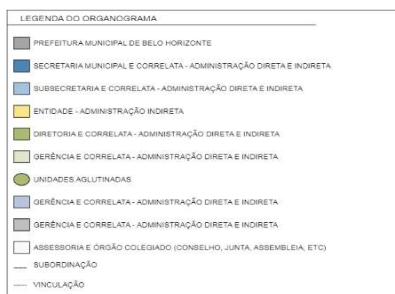
### 3 PROGRAMA ESPORTE ESPERANÇA

A Secretaria Municipal de esporte e lazer (SMEL) da prefeitura de Belo Horizonte atua na elaboração e execução de programas e projetos dentro dos preceitos de estímulo à prática de atividades físicas e de convívio social. As ações, norteadas pelo princípio de inclusão social, atendem a comunidade de todas as faixas de idade e níveis socioeconômicos. A figura 1 mostra o atual organograma da secretaria.

Figura 1: Organograma da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer da Prefeitura de Belo Horizonte



**INSTRUMENTO LEGAL**  
 Lei n.º 11.065, de 1.º de agosto de 2017.  
 Decreto n.º 16.680, de 31 de agosto de 2017.



Fonte: Prefeitura municipal de Belo Horizonte

Na década de 90, a PBH – Prefeitura de Belo Horizonte, mantinha em sua secretaria *SMEL - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer*, projetos comunitários voltados para públicos específicos, tais como: O Projeto “*Dente de Leite*” voltado para a prática do futebol nos campos de várzea da capital; Projeto “*MEL*” (Módulos de Esportes e Lazer) destinado à prática de modalidades de quadra e esportes individuais praticadas em praças, parques, e outros equipamentos públicos, e o Projeto “*Bom de Bola, Bom de Escola*”, realizado em parceria com a Polícia Militar (PM) desenvolvendo atividades esportivas nos quartéis com o acompanhamento da PM. (PERES, et al 2011, p. 86). Essas ações esportivas eram constituídas em três projetos específicos que mantinham coordenações diferentes e independentes sem diretrizes comuns. Em 1999, os projetos destinados às crianças e adolescentes se fundiram no Programa Criança e Adolescente que, em 2002, passa a ser nomeado como *Programa Esporte Esperança*” (PERES, et al 2011, p. 86).

Em 2002, ficou estabelecida a dissolução das coordenações em separado desses projetos com a instauração de um único programa, com unificação técnica e administrativa, o acima citado “Programa Esporte Esperança (PEE). Desde então o programa foi inserido no Programa de Gestão Municipal de Política Social denominado BH Cidadania, que atuava em intersetorialidade com as outras políticas públicas, com foco nos territórios de maior vulnerabilidade da cidade (SMEL, PBH, 2022).

Esta situação permaneceu satisfatoriamente até julho de 2017, quando ocorreu o fim do convênio com a Associação Municipal de Assistência Social – AMAS, que era a entidade que possibilitava a contratação de mão de obra para as atividades do programa. Assim, muitas ações específicas deixaram de acontecer devido à perda de profissionais especialistas, como por exemplo, na formação básica das modalidades de Ginástica Rítmica, Judô e Balé, dentre outras. (SMEL, PBH, 2022).

Devido a uma reestruturação administrativa o PEE passou a funcionar com estagiários, sendo 2 com cargo de gestão e 27 dedicados a atividades práticas, (2 de gestão e outros 27 dedicados a atividades práticas distribuídos em 3 para cada regional e supervisionados por um analista de políticas públicas formado em educação física pertencentes ao quadro da SMEL).

Na próxima seção, este programa é melhor descrito.

#### **4.1 Características do Programa**

O objetivo geral do Programa Esporte Esperança é democratizar o acesso e a vivência do esporte educacional/lazer para crianças e adolescentes, tendo em vista que esses são direitos estabelecidos pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, a interiorização de valores éticos e a formação cidadã.

Para tanto, esta busca atingir uma série de objetivos específicos. São eles: difundir a prática esportiva para crianças e adolescentes no município de Belo Horizonte; aperfeiçoar o uso dos espaços e equipamentos esportivos públicos; proporcionar experiências utilizando a maior quantidade possível de conteúdos da cultura corporal de movimento; desenvolver habilidades e capacidades físicas dos participantes; promover a sociabilidade e a convivência comunitária por meio da prática regular de esportes e, por fim, oferecer ações esportivas e de lazer respeitando aspectos de equidade de gênero e étnicos raciais.

O público atendido pelo programa seriam crianças e adolescentes de 03 a 17 anos de idade, principalmente as moradoras de áreas de vulnerabilidade do município de Belo Horizonte. O PEE busca sempre ampliar o número de atividades no que se refere a continuidade de processos formativos oportunizados na prática esportiva. Neste sentido, pode ser visto como um programa guarda-chuva que contém diversas ações de estímulo às atividades esportivas das crianças e jovens carentes de Belo Horizonte.

Atualmente existem algumas vertentes de atuação com fontes distintas de recursos que compõe o programa:

1. Execução direta com recursos oriundos do tesouro envolvendo as EMEIS: creches conveniadas, ensino infantil e escolas municipais de ensino fundamental. Essa ação é executada pela equipe da Gerência de Esporte Educacional da SMEL com comunicação direta com a diretoria de política da educação infantil e Secretaria Municipal de Educação e tem o objetivo

de trabalhar conteúdo da cultura corporal com foco na ludicidade e desenvolvimento infantil.

2. Execução indireta dos recursos oriundos do tesouro. Essa ação tem o eixo da especialização esportiva como foco com polos de treinamento visando a formação esportiva sistematizada. Tem como público alvo crianças e adolescentes de 06 a 17 anos atendendo prioritariamente estudantes da rede pública de ensino, residentes de áreas de vulnerabilidade social. É realizada em parcerias com Organizações da Sociedade Civil através de chamamento público. Desde novembro de 2021 está em operação o Polo do Centro Poliesportivo Dom Bosco, regional noroeste. Começou em abril de 2022 o início da fase preparatória do Polo da Praça da Saudade. Também em 2022 começaram as obras para requalificação do Centro Esportivo Milionários, no Barreiro, que com atuação direta dos programas da SMEL, funcionará como 3º Polo.
3. Execução direta com captação de recursos. Essa ação envolve o projeto Seleções do Futuro realizado através do convênio com a Secretaria Especial do Esporte no Ministério da Cidadania que visa democratizar a prática esportiva na modalidade futebol para crianças e adolescentes moradores de áreas de maior vulnerabilidade social do município de Belo Horizonte, buscando garantir o direito ao esporte, contribuir na formação cidadã e promover o aperfeiçoamento qualitativo e quantitativo da prática desportiva em termos recreativos e competitivos. São 800 atendidos divididos em quatro núcleos campos da cidade.
4. Execução indireta (isenção tributária)  
Em Belo Horizonte, o incentivo à prática esportiva se transforma em isenção de tributos municipais por meio do programa Esporte para Todos que foi instituído pelo Decreto Municipal nº 14.183 de 2010, e alterado pelos decretos nº 16.641 e 16.648 de 2017. É previsto novo decreto com alterações para o PET no ano de 2021. Tal legislação dispõe sobre a promoção de incentivo tributário relativo ao IPTU para imóveis situados em seus complexos desportivos e recreativos bem como obtenção de bônus concedidos ao crédito inscrito na dívida ativa com o município de Belo Horizonte. As adesões voluntárias das entidades esportivas são

efetivadas pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SMEL) e coordenadas pelo Comitê de Acompanhamento do Programa Esporte para Todos, integrado por representantes da Procuradoria Geral do Município (PGM), secretarias de Esportes e Lazer (SMEL), Saúde (SMSA), Educação (SMED), Fazenda (SMF), Assistência Social e Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC). O PET atende a crianças e adolescentes (em sua maioria) na faixa etária de 9 a 17 anos, principalmente em situação de vulnerabilidade social.

Além do incentivo tributário, o decreto nº 16.968/18 cedeu permissão de uso de bem imóvel público ao Mackenzie Esporte Clube e em contrapartida o clube pactuou o desenvolvimento de práticas esportes gratuitas para crianças e adolescentes, estudantes de escolas públicas, por um período de 10 anos.

Diversas foram as metas delineadas para o programa em 2022 (quad. 1). São estas, atender pelo menos 2.500 participantes individuais, criação de quatro núcleos distintos com pelo menos 200 alunos cada e, no Centro de Referência da Juventude (CRJ) da Regional Centro-Sul montar oficinas com oferta de 192 atendimentos semanais além organizar e realizar competições on-line com participação efetiva de adolescentes e jovens.

Quadro 1: Metas estabelecidas para o Projeto Esporte Esperança (PEE) para 2022

PEE/Projetos	Metas 2022
EMEIS E creches parceirizadas	Atender em conjunto pelas várias ações a 2.500 participantes (não cumulativo)
Núcleo Comunitários	
Escolinhas de Esporte de Lazer	
Entidades esportivas que aderiram ao PET/PEE	
Pólo esportivo e de Lazer	
Entidade esportivas que pactuaram o termo de permissão de uso - Esporte Esperança (Mackenzie)	
Seleção do Futuro (núcleos de futevól de campo)	04 núcleos com 200 alunos cada -Arena Inconfidência (Regional Nordeste) -Campo do Radiante (Regional Venda Nova) -Campo do Santa Maria (Regional Centro Sul) -Campo do Centro Esportivo Vale do Jatobá (Regional Barreiro)
Juventude em Movimento (público socioeducativo)	Atendimento no núcleo Centro de Referência da Juventude (CRJ) Regional Centro Sul Meta 1: motivar a participação e retorno dos beneficiários Meta 2: oficinas com oferta de 192 atendimentos semanais (mínimo 134) Meta 3: organizar e realizar uma competição on-line de manobras com a participação efetiva dos adolescentes e jovens.

Fonte: Prefeitura municipal de Belo Horizonte

Em 2018 iniciaram-se as avaliações do PEE, sendo feitas em dois anos. Em 2020 com o início da pandemia do COVID-19 com a suspensão dos atendimentos não se realizou o monitoramento e avaliação. Tal procedimento foi retomado em 2022.

Cabe ressaltar que o trabalho realizado pelo DPMA é importante para eficiência e efetividade dos recursos aplicados.

A equipe de trabalho do PEE é composta de 1 diretor, 1 gerente, 09 analistas de políticas públicas, 29 estagiários, 1 assessor e 1 auxiliar administrativo.

No tópico a seguir, está descrita a árvore de problemas deste programa.

## 4.2 Árvore de problemas

Um método bastante conhecido para a delimitação de causas é a árvore de problemas. Sugere-se que esta seja elaborada através de grupos de trabalho que, por meio da discussão sobre o problema em foco, definam suas causas críticas. Esse processo deve ser feito a partir da maior quantidade possível de dados, como: estatísticas públicas, indicadores, entrevistas, etc. Quanto mais diversificada for a fonte dos dados, melhor será a compreensão das causas (BRASIL, 2014).

A árvore é organizada em torno de um problema central, e os demais problemas, que irão compor a explicação, serão definidos ou como causas ou como consequências do problema central. Essas diferenciações entre os níveis de problemas (se central, ou causas e consequências) são importantes para orientar as ações efetivas para a mudança prevista pelo programa. Particularmente, para garantir a mudança pretendida na situação problema, as ações do programa deverão intervir em causas selecionadas como críticas.

No Programa Esporte Esperança ficou estabelecido como problema central a “baixa oferta de políticas públicas de esporte e lazer no município de Belo Horizonte”. As causas foram divididas em três eixos sendo: (1) menor fatia de recursos do orçamento municipal, (2) equipe de profissionais reduzidas, e (3) poucas parcerias intersetoriais (dentro e fora do governo). Dentro dos três eixos, localizados na base da árvore temos as seguintes causas que levaram a definição dos eixos:

1 - Poucos parlamentares ligados a pauta do esporte e lazer que levam a uma falta de lei de incentivo ao esporte municipal com utilização do ISS; falta de recursos tanto para a construção quanto para manutenção dos equipamentos levam a equipamentos deteriorados que não estimulam a utilização do espaço que resultam na falta de reivindicação da população sobre a estrutura física de esporte e lazer.

2 – Falta de concursos públicos que gera uma equipe técnica reduzida.

3 – Poucas organizações sociais formalizadas voltadas ao esporte e lazer geram poucas parcerias com terceiro setor. A falta de diálogo com outras políticas públicas seja em programas e secretarias.

Como consequência do problema central temos um menor nível de bem estar da população e crianças e adolescentes expostos à risco social como prostituição, drogas e gravidez precoce. A figura 2 a seguir mostra a árvore do Programa Esporte Esperança.

Figura 2: Árvore de problemas do programa Esporte Esperança da Prefeitura de Belo Horizonte



Fonte: Dados primários: PMBH. Elaboração do autor.

Diante da definição do problema, dos fatores que levam a ele e suas consequências foi elaborado o mapa de processos e resultados do programa que será avaliado. Como já foi dito, o programa busca democratizar o acesso a vivência do esporte educacional/lazer para crianças e adolescentes, tendo em vista que esses são direitos estabelecidos pela constituição federal e pelo estatuto da criança e adolescente, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida a interiorização de valores éticos e a formação cidadã. Este mapa está exposto na seção a seguir

### **4.3 Mapa de processos e resultados (MaPR)**

Segundo Jannuzzi, (2016) o mapa de processo e resultados é uma denominação mais parcimoniosa do que “mapa de insumos, processos, produtos, resultados e impactos” (MIPPRI), mas suficientemente clara para remeter à ideia de representar um programa a partir de seus componentes interno e feitos esperados.

Com a definição dos processos, das entregas, dos resultados e impactos esperados, o MaPR é um recurso importante para definir um sistema de indicadores para o monitoramento do programa.

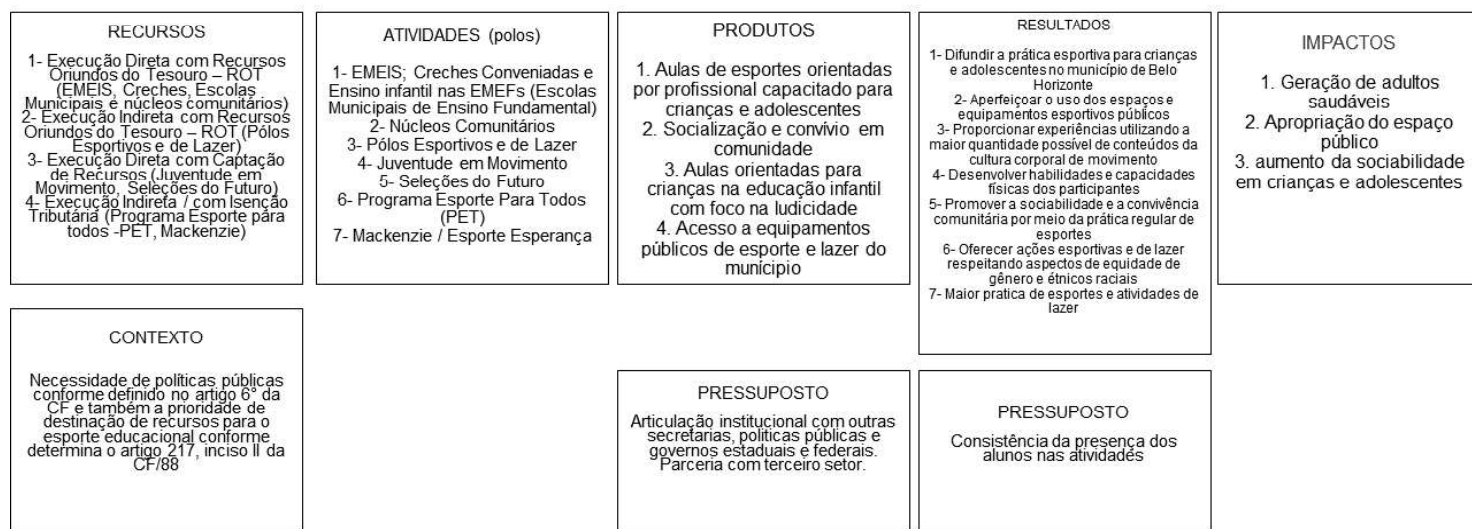
Assim, antes de especificar uma avaliação ou um instrumento de monitoramento para um programa é necessário conhecê-lo melhor, para que a pesquisa de campo ou painel de indicadores não retratem de forma simplória a complexidade operacional do mesmo, ou ainda, não reflita os feitos que o programa, de fato, pretenda alcançar (Jannuzzi 2016).

O MaPR do presente estudo foi elaborado através das informações fornecidas pela SMEL através do documento diretrizes do Programa Esporte Esperança de 2022. O programa tem o objetivo de democratizar o acesso e a vivência do esporte educacional/lazer para crianças e adolescentes, tendo em vista que esses são direitos estabelecidos pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente –ECA, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, a interiorização de valores éticos e a formação cidadã. (Fig. 3).

Figura 3: Mapa de processos e resultados relacionado ao Programa Esporte Esperança da Prefeitura de Belo Horizonte

<p><b>Programa Esporte Esperança Belo Horizonte - MG</b></p>	<p><b>Objetivo</b></p> <p>Democratizar o acesso e a vivência do esporte educacional/lazer para crianças e adolescentes, tendo em vista que esses são direitos estabelecidos pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente –ECA, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, a interiorização de valores éticos e a formação cidadã.</p>	<p><b>Público Alvo</b></p> <p>Crianças e adolescentes de 03 a 17 anos de idade, principalmente as moradoras de áreas de vulnerabilidade do município de Belo Horizonte.</p>
--	--	---

# Mapa de Processos e Resultados (MaPR)



Fonte: Dados primários: PMBH. Elaboração do autor.

Uma vez explicitado não só o programa a ser avaliado, mas também sua árvore de problemas e seu mapa de processos e resultados, faz-se necessário explicitar os diferentes tipos de avaliação possíveis. É o que será feito no próximo item.

#### 4.4 Diferentes possibilidades de Monitoramento e Avaliação

Garcia (2001) e Rua (2004) apud Januzzi (2016) definiram monitoramento como um processo sistemático e contínuo de acompanhamento de uma política, programa ou projeto, baseado em um conjunto restrito, mas significativo de informações, que permite uma rápida avaliação situacional e uma identificação de fragilidades na execução, com o objetivo de subsidiar a intervenção oportuna e a correção tempestiva para atingimento de seus resultados e impactos.

Existem diversas definições na literatura sobre a avaliação de programas, Januzzi (2020), baseado em Rossi et al (2012), procura definir de forma abreviada, porém consistente, a avaliação como uma investigação técnica fundamentada nas diferentes estratégias metodológicas da pesquisa social para

produzir informação e conhecimento para seu desenho ex-ante implementação e validação ex-post, com a finalidade de garantir o cumprimento dos objetivos do programa.

Segundo Jannuzzi (2020), pode-se conceituar Sistema de Monitoramento e Avaliação como o conjunto de atividades articuladas, sistemáticas e tecnicamente orientadas de registro, produção, organização, acompanhamento e análise crítica de informações resultantes da Gestão de Políticas Públicas, para identificação de demandas sociais, desenho, seleção, implementação e avaliação de soluções para essas, com a finalidade de subsidiar a tomada de decisão de técnicos e gestores envolvidos nas diferentes etapas do ciclo de vida ou maturação das Políticas e de seus Programas.

Os sistemas de Monitoramento & Avaliação podem ser classificados em macroalcance, mesoalcance e microalcance. Macrosistemas de M&A como o próprio nome diz é baseado em informações mais amplas de outros sistemas de informação do governo. O mesossistema de M&A necessita de dados e informações geradas na linha de ponta da execução das ações. Os indicadores de monitoramento devem estar sempre atualizados, além disso a coleta de informações são mais específicas com pesquisas de campo. O microsistema de M&A é aquele no qual o foco da avaliação é nos indivíduos, serviços e processos.

Os programas/políticas podem ser avaliados de diferentes maneiras, sendo proposto quatro tipologias de avaliação; segundo quem avalia (externo e interno), segundo a função (formativa e somativa), de acordo com conteúdo (desenho, resultados e impactos) e temporal (ex ante e ex post):

- Segundo quem avalia: Elas podem ser externas no qual pessoas fora do órgão responsável por implantar a política teriam mais isenção e objetividade em analisar os dados, por outro lado podem ter mais dificuldades em acessar os dados resultando em uma avaliação menos assertiva. As avaliações internas são executadas por pessoas que estão dentro do órgão e entre os pontos positivos quando comparados com a avaliação externa pode-se destacar a menor resistência que o avaliador externo teria. Entre as desvantagens da avaliação interna existe o fator

dos avaliadores estarem envolvidos em todo o processo da implementação da política, podendo trazer vícios de origem.

- Segundo a função: As avaliações da natureza formativas são relacionadas com a formação do programa e trazem informações acerca da implementação e neste momento fornece dados para a correção de eventuais erros. Segundo Cunha (2006), as avaliações somativas referem-se à análise e à produção de informações sobre a implementação e etapas posteriores, sendo efetuadas quando o programa está sendo executado há algum tempo ou após, no sentido de verificar se alcançou as metas previstas e julgar seu valor geral. Elas contemplam as relações entre o processo, os resultados e o impacto, podendo incluir comparações entre diferentes programas.
- De acordo com conteúdo: Avaliação de desenho é direcionada conforme o nome diz para o desenho da política ou programa, momento de formulação do que se pretende chegar traçando objetivos e ações. A avaliação do desenho permite ao gestor ter a possibilidade de um maior acerto na execução das ações. Outro tipo de conteúdo é a avaliação da implementação da política e, por fim, temos a avaliação de resultados e impacto, momento este no qual as ações já foram executadas e através dos dados quantitativos e qualitativos podem se obter respostas sobre se os objetivos propostos inicialmente foram atingidos ou não. Após a avaliação de impacto pode se realizar avaliações de custo-efetividade e custo benefício.
- Temporal: O momento da realização das avaliações é diferenciado em ex ante e ex post. A avaliação ex ante é realizada antes do começo de um programa, com o fito de dar suporte à decisão de implementá-lo ou não, e ordenar os vários projetos segundo sua eficiência para alcançar os objetivos determinados (Cunha, 2006).

A avaliação ex post é realizada durante a execução ou no final do programa e as decisões são tomadas com base nos resultados alcançados. Quando o programa está ativo é julgado se deverá ser continuado ou não. Se a resposta for positiva, avalia-se se se deve manter a formulação original ou efetuar modificações, redirecionando os objetivos, propostas e atividades.

Quando o programa já foi concluído, examina-se a pertinência do uso futuro da experiência, isto é, se o mesmo tipo de programa deve ser replicado ou não.

Este estudo está focado na análise da avaliação de resultados momento no qual o programa já foi implementado, executado e avaliado pelos beneficiários. Este momento é uma análise exploratória de indicadores relacionados aos resultados e impactos. Cabe ressaltar que existe uma diferença entre avaliação de resultados e impacto, pois a avaliação de impacto busca dar uma resposta causal do programa/política.

Na avaliação de resultados busca-se inicialmente saber quais são as perguntas que serão respondidas e o que é necessário para responde-las. No nosso caso, busca-se identificar não só as características dos usuários do programa, como também se estes estariam satisfeitos com o mesmo. Isto permitiria apontar possíveis melhorias que poderiam ser implantadas. O monitoramento é uma importante fonte de dados para isto. O próximo capítulo mostra a avaliação de resultados feita sobre o programa Esporte Esperança da Prefeitura de Belo Horizonte.

## 5 AVALIAÇÃO DO PROGRAMA ESPORTE ESPERANÇA

Para Zanella (2013, p. 23), a metodologia de uma pesquisa científica não pode ser descrita como sendo um conjunto de regras fixas. Cada pesquisa tem suas particularidades, dependendo do assunto, da temática ou de escolhas e decisões do próprio pesquisador, e que “etapas comum a todas as pesquisas iniciam com seu planejamento, segue sua execução e, por fim, apresenta a comunicação dos resultados, mas cada investigação segue seu próprio caminho” (2013, p.23).

Para desenvolver esta pesquisa avaliativa, foi adotada uma abordagem metodológica qualitativa e quantitativa, considerando que o problema da pesquisa consiste em conhecer os aspectos relacionados avaliação de resultados do programa Esporte Esperança constituído sob as bases de Política Pública do esporte e lazer. Considerando-se a dimensão deste universo a delimitação ficou sob a última fase do ciclo político a *avaliação de políticas e correção de ação (evaluation)*, que permite a avaliação de programas já implantados e obter-se os impactos efetivos.

Nesse sentido, a escolha pelo enfoque da pesquisa se dá pelo seu caráter quantitativo, exploratório e reflexivo, já que se pretende abordar aspectos comportamentais, avaliativos e comparativos no sentido de sinalizar a qualificação das ações e também quantificá-las.

Com a finalidade de responder o problema de pesquisa, bem como atingir os objetivos deste trabalho, optou-se por desenvolver uma análise baseada em técnicas qualitativas e quantitativas, posto que se propõe a interpretação dos fenômenos e características do objeto pesquisado (SILVA; MENEZES, 2005; GIL, 2010).

Assim, a pesquisa qualitativa se preocupa com a observação do fenômeno a ser estudado, buscando entendê-lo em profundidade, por meio de descrições, interpretações e comparações, o que justifica a escolha por esta abordagem, já que para o desenvolvimento deste projeto foi necessário estabelecer uma relação entre o pesquisador e o fenômeno estudado.

A partir dessa conceituação, o trabalho será fundamentado nas técnicas de pesquisa exploratória, conforme Gil (2010), através de levantamentos de fontes secundárias: livros, artigos, documentos, jornais, e sites oficiais que permitiram informações referentes as políticas públicas suas características, origens e principais papéis, em especial as voltadas para o esporte e lazer. Foi preciso também, investigar a trajetória do esporte e lazer, suas diferenças em relação as demais modalidades e sua origem.

Para essa abordagem, foi realizada pesquisa quantitativa e de evidência nas bases de dados Google School e na biblioteca eletrônica Scielo (*Scientific Eletronic Library Online*) e Portal Periódico Capes, a combinação de descritores foi a seguinte: Programa. Avaliação. Esporte. Lazer. Políticas Públicas.

### **5.1 Sujeitos da pesquisa:**

Os critérios de inclusão estabelecido foram: questionários de avaliação aplicados aos beneficiários, artigos compatíveis com o objetivo de revisão aqui estabelecido; publicações que abordassem as questões que envolvam as Políticas Públicas e Esporte e Lazer. Como critério de exclusão adotou-se para os artigos e publicações que não estejam dentro do recorte aqui estabelecido.

### **5.2 Procedimentos metodológicos**

A compilação de informações em meios eletrônicos é um grande avanço para os pesquisadores, democratizando o acesso e proporcionando atualização frequente.

Os procedimentos metodológicos que balizaram essa pesquisa seguiram a seguinte ordem: pesquisa e análise documental, se apresenta como caráter exploratório-descritivo, qualitativo e quantitativo. Portanto, através dessa pesquisa exploratória foi possível avaliar- e desenvolver uma relevante abordagem de avaliação de resultados do programa de esporte e lazer como política pública.

Uma vez feito isto, foi possível analisar os questionários aplicados aos usuários da PEE. É o que será feito no próximo item.

### **5.3 Resultados do monitoramento e avaliação do programa esporte esperança**

O monitoramento e avaliação dos usuários do programa Esporte Esperança foi aplicado através de uma pesquisa de satisfação padrão da Secretaria de Esportes de Belo Horizonte. Para esse estudo utilizou-se os dados do ano de 2019, último ano da avaliação antes da pandemia. Os aplicadores foram estagiários e analistas de políticas públicas da Gerência de Esporte Educacional (GEEDU) e Diretoria de Planejamento Monitoramento e Avaliação (DPMA) de referida secretaria.

O modelo aplicado foi de autopreenchimento dividido em sete perguntas, tendo questões sobre o perfil do usuário, avaliação específica do programa e avaliação geral com a última questão descritiva. Como o público alvo do programa são crianças e adolescentes em alguns casos os pais e responsáveis foram responsáveis pelo preenchimento. Alguns avaliadores pontuaram a dificuldade em aplicar o questionário nas escolas devido a pouca idade dos beneficiários. A figura 4 mostra o modelo de pesquisa utilizado (o questionário aplicado é o mesmo para a avaliação de outros programas da secretaria. Cumpre lembrar que nosso intuito é analisar somente as respostas dadas pelos usuários do PEE).



programa, 477 responderam à pesquisa, o que corresponde a 42,78% (quadro. 2).

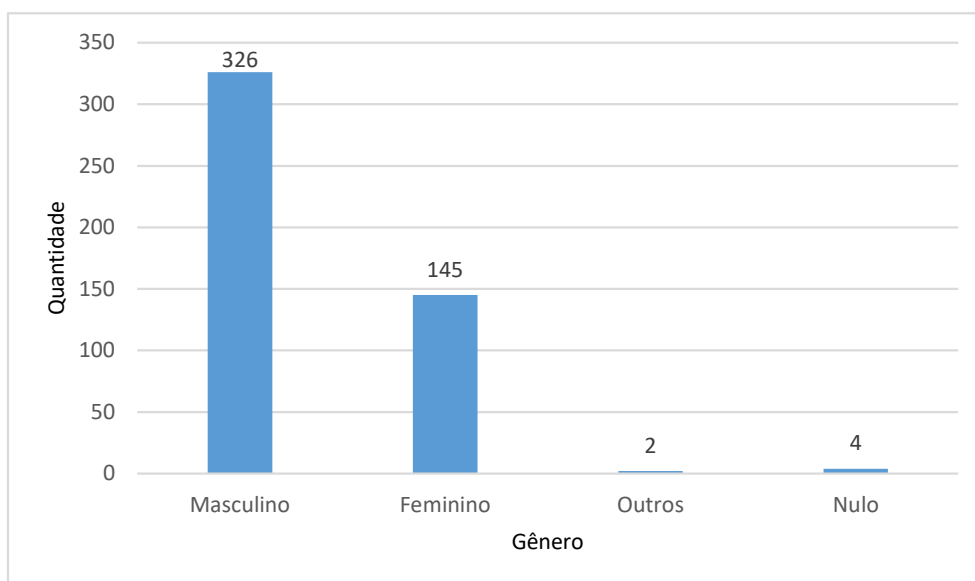
Quadro 2: Quantidade de alunos matriculados e de questionários aplicados por núcleo

	<b>Núcleo</b>	<b>Q_enviada</b>	<b>Q_aplicado</b>
1	Centro Esportivo Milionários	145	41
2	GAC - no CRAS Santa Rita	57	41
3	Escola Integrada - Ulisses Guimarães - CRAS Santa Rita	75	16
4	CIAME Flamengo - CRAS Alto Vera Cruz	49	13
5	Centro Poliesportivo Dom Bosco	105	75
6	Quadra Prof. José Americano	39	27
7	Pequeno Centro de Solidariedade Bettina - cras Biquinhas	73	53
8	CRAS Zilah Spósito	0	0
9	Escola Integrada - Maria da Silveira (no S.B.)- CRAS Biquinhas	62	13
10	Campo do São Bernardo - CRAS Biquinhas	12	6
11	Casa Miguel Magone - CRAS Morro das Pedras	21	0
12	Centro Inf. Juv. Crescer Sorrindo - CRAS Morro das Pedras	85	0
13	Ass. Pequeno Cristo - CRAS Morro das Pedras -	27	15
14	Centro de Acolhida Betânia - CRAS Havaí -	97	48
15	CRAS Havaí	36	25
16	CRAS Novo Ouro Preto	23	12
17	Quadra Santa Rosa - CRAS Santa Rosa	21	15
18	CRAS Lagoa	16	10
19	Escola Integrada - EM Gracy Vianna Lage	107	32
20	Escola Integrada - EM Dora Tomisch Laender	65	35
	<b>Total</b>	<b>1115</b>	<b>477</b>

Fonte: Planilha de dados – Pesquisa de satisfação dos usuários do Programa Esporte Esperança de 2019.

Em relação ao gênero houve uma predominância masculina dos participantes, o que corresponde 68% dos usuários que responderam à pesquisa (gráf. 1).

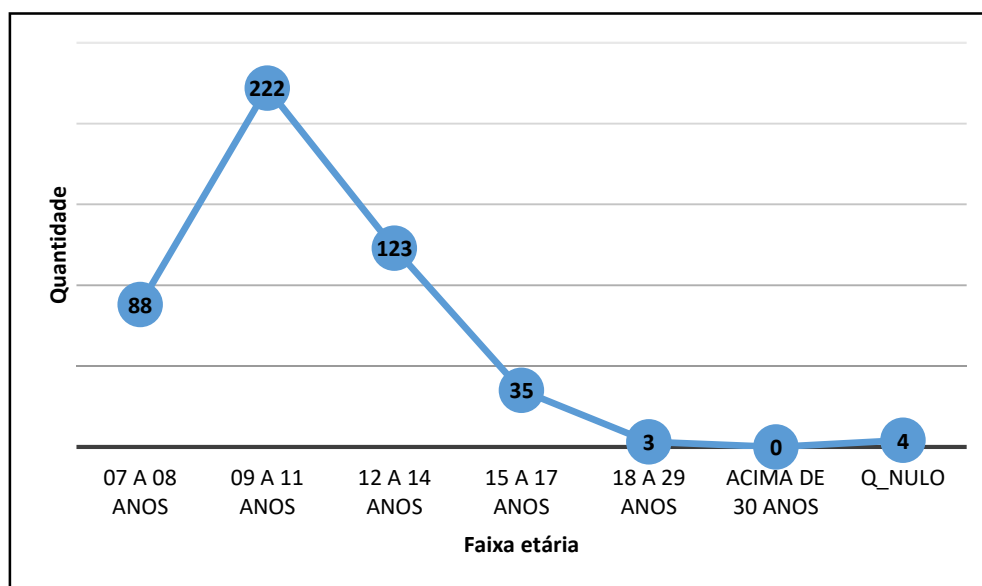
Gráfico 1: Gênero dos participantes do Programa Esporte Esperança



Fonte: Planilha de dados – Pesquisa de satisfação dos usuários do Programa Esporte Esperança de 2019.

Em relação a faixa etária dos beneficiários houve uma predominância de alunos de 09 a 11 anos (46%). Cabe ressaltar que os responsáveis pelas avaliações relataram a dificuldade em realizar a pesquisa com os alunos menores, pois os mesmos estão em fase de alfabetização e no momento os pais não estavam presentes. Apenas oito das avaliações foram preenchidas pelos pais ou responsáveis. Este fator, entretanto, não estaria presente nas faixas etárias mais altas, acima de 11 anos (gráf. 2). Isto pode indicar uma certa dificuldade de o programa efetivamente atender, seja ao público adolescente, seja o adulto. Isto pode indicar um primeiro problema para o programa. Um dos principais impactos que se espera de um programa desta natureza é a proteção do público jovem e adolescente em relação a atividades ilícitas (inclusive o consumo de substâncias proibidas). Caso este público não esteja sendo atingido, este objetivo não será alcançado.

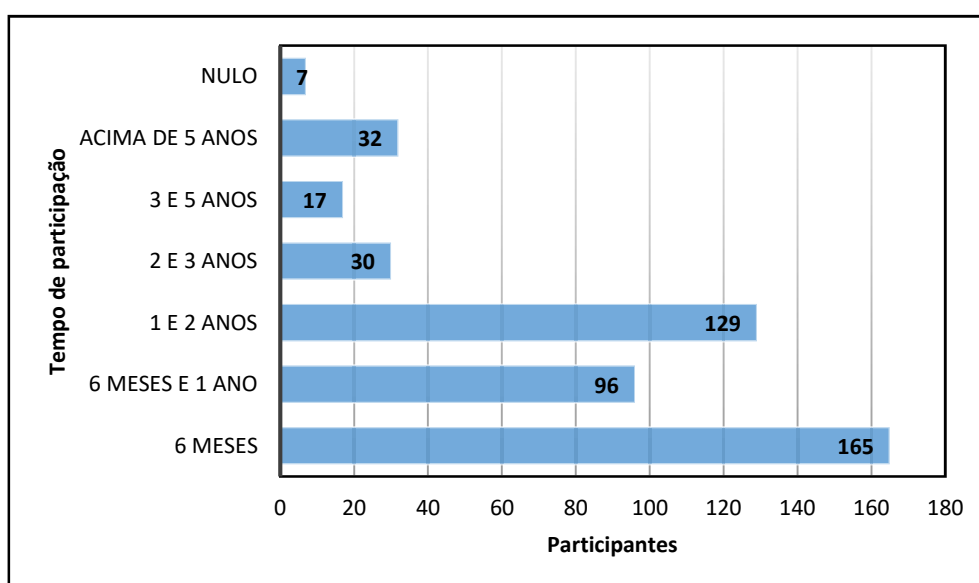
Gráfico 2: Faixa etária dos participantes.



Fonte: Planilha de dados – Pesquisa de satisfação dos usuários do Programa Esporte Esperança de 2019.

No que se refere ao tempo de participação no programa 34% estavam nos primeiros seis meses de atividades, 20% estavam entre seis meses e um ano no programa e 27% entre um e dois anos nas atividades do Esporte Esperança (gráf. 3). Ou seja, parece que o programa é satisfatório o suficiente para manter os usuários.

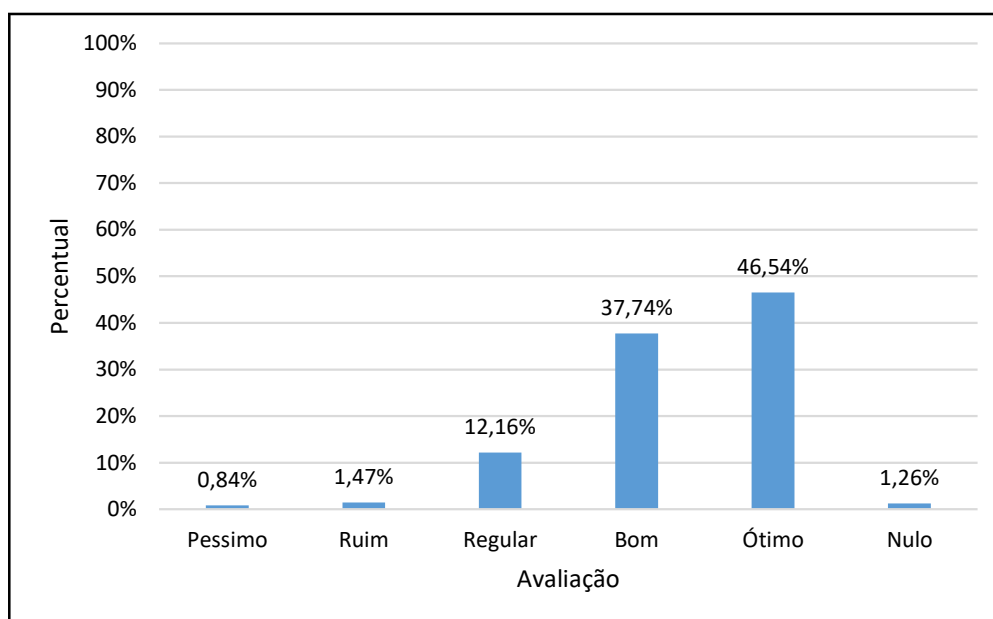
Gráfico 3: Distribuição dos participantes de acordo com o tempo de participação no programa.



Fonte: Planilha de dados – Pesquisa de satisfação dos usuários do Programa Esporte Esperança de 2019.

Em relação a avaliação do local de atendimento e materiais utilizados, foi considerado a qualidade da aula, limpeza, segurança e estrutura física. 46,54% avaliaram como ótimo, 37,74% como bom e 12,16% como regular (gráf. 4). Outro resultado bastante relevante para nossa análise (justificando o alto número de usuários que se mantém no programa). Caso este fosse mal avaliado, os usuários não o frequentariam por dois anos.

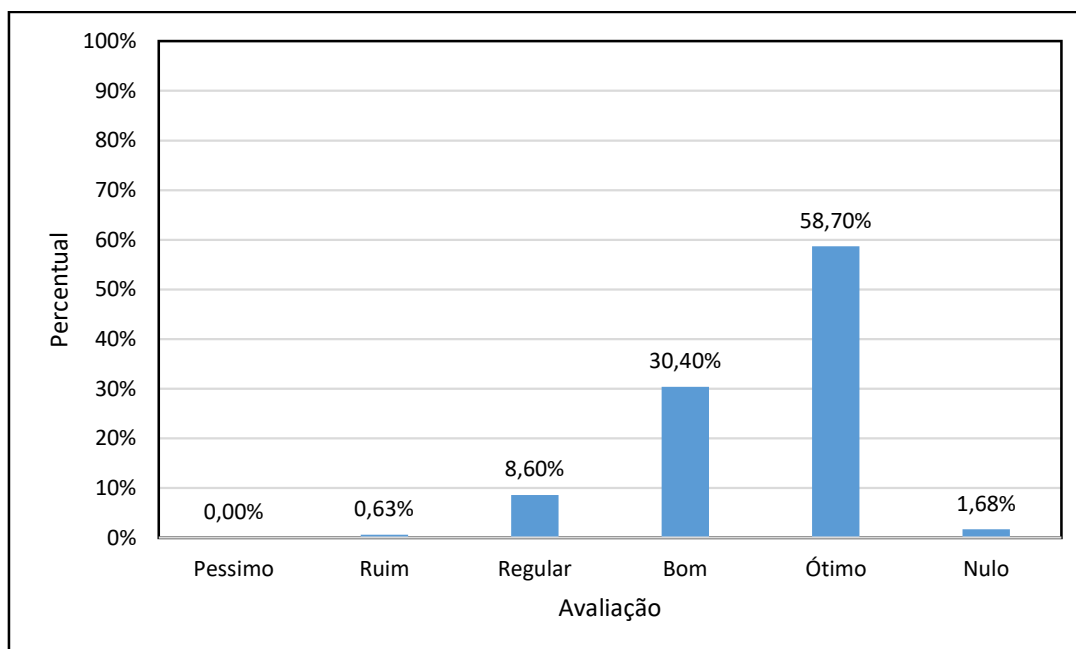
Gráfico 4: Distribuição dos usuários de acordo com a avaliação do local de atendimento do programa



Fonte: Planilha de dados – Pesquisa de satisfação dos usuários do Programa Esporte Esperança de 2019.

Em relação a avaliação das aulas foram perguntados em relação a frequência, duração, pontualidade, acolhimento e atividades lecionadas. 58,7% classificaram como ótimo, 30,40% como bom e 8,60% como regular (gráf. 5). Menos de um por cento dos usuários classificaram o programa como ruim ou péssimo. Este resultado é excelente. Poucas políticas públicas alcançam estes números. Uma vez mais, isto justifica o alto tempo de permanência visto anteriormente.

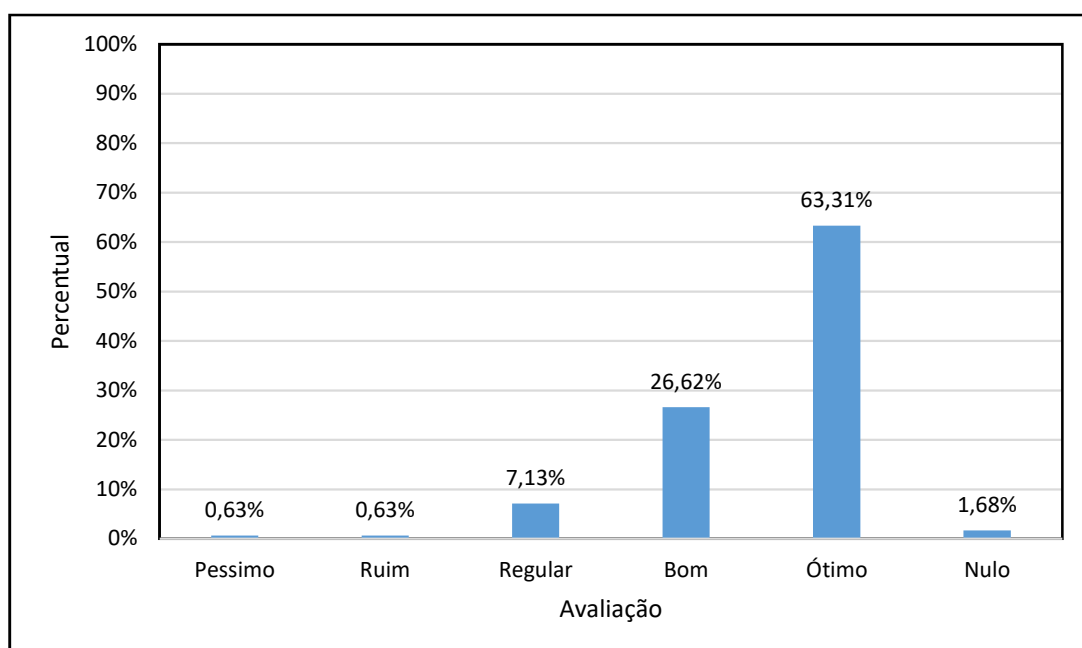
Gráfico 5: Distribuição dos usuários de acordo com a avaliação das aulas do programa



Fonte: Planilha de dados – Pesquisa de satisfação dos usuários do Programa Esporte Esperança de 2019.

Em relação a avaliação dos resultados os beneficiários relataram as melhoras em relação a aptidão física, desempenho esportivo, autoestima e convivência social. Para 63,31% os resultados foram ótimos, 26,62% foram bons, e 7,13% regular (gráf. 6). Novamente, obteve-se resultados muito bons. Menos de dois por cento dos respondentes consideraram resultados ruins ou péssimos. Cabe ressaltar que as melhoras mencionadas vão de encontro com os resultados proposto no MaPR.

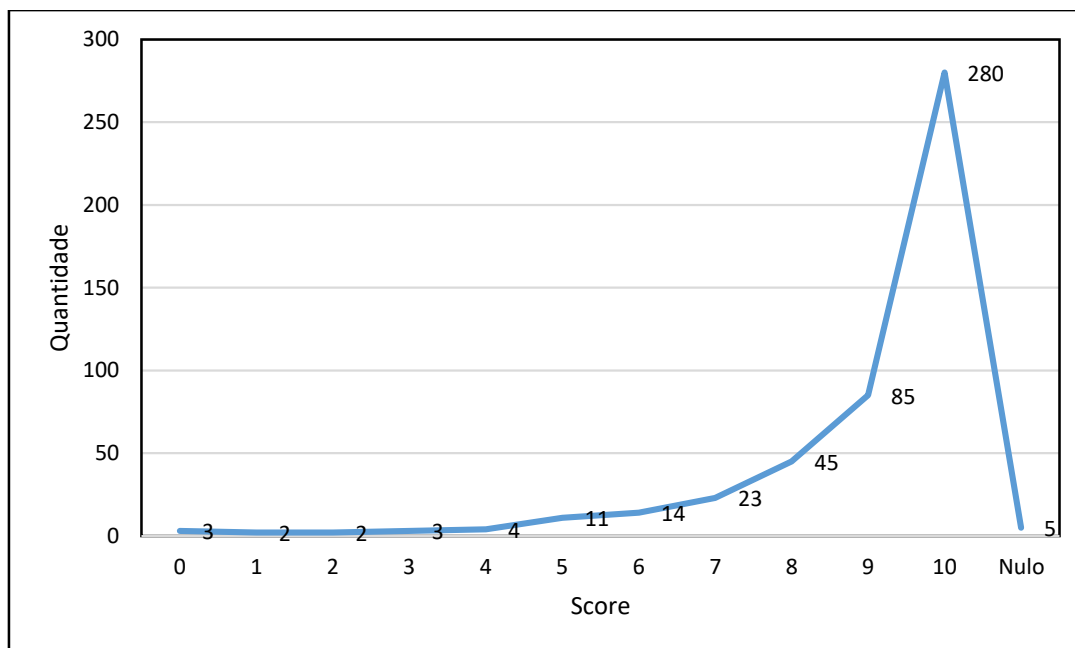
Gráfico 6: Distribuição dos usuários de acordo com a avaliação dos resultados



Fonte: Planilha de dados – Pesquisa de satisfação dos usuários do Programa Esporte Esperança de 2019.

A última questão foi a avaliação geral sendo 0 para muito insatisfeito e 10 para muito satisfeito. Além disso, o formulário apresenta um espaço descritivo para os beneficiários apontarem pontos negativos, críticas, elogios e sugestões. 58% estão muito satisfeitos com o Programa Esporte Esperança. 25 beneficiários avaliaram as ações com as notas de 0 a 5 e 447 avaliaram com as notas de 06 a 10, o caracteriza em percentual elevado como positivo do programa (gráf. 7).

Gráfico 7: Distribuição dos usuários de acordo com a nota dada ao programa como um todo.



Fonte: Planilha de dados – Pesquisa de satisfação dos usuários do Programa Esporte Esperança de 2019.

Nota: Nota 0 é dada pelo usuário muito insatisfeito e 10 pelo muito satisfeito, existindo uma escala crescente de satisfação entre elas.

Na parte descritiva da avaliação os usuários ficaram à vontade para escrever qualquer crítica, apoio ou sugestão do programa. Em quase todos os vinte núcleos avaliados em pelo menos alguma avaliação algum usuário deixou algum comentário.

No núcleo do Centro Esportivo Milionários foram oito comentários sobre a estrutura da quadra que mesmo coberta fica bastante molhada quando chove.

No GAC – CRAS Santa Rita os doze comentários foram elogiando as aulas e o professor.

No CIAME Flamengo – CRAS Alto Vera Cruz os seis comentários foram uma crítica a qualidade da aula e o trato do professor com os alunos.

No Centro Esportivo Dom Bosco os dezenove comentários foram em relação a estrutura (mais materiais) e um maior tempo de duração das aulas.

Na quadra Professor José Americano os quinze comentários solicitavam mais marcação de jogos amistosos, uniformes de qualidade e uma melhor limpeza do espaço.

No Pequeno Centro de Solidariedade Bettina – Cras Biquinhas os vinte e sete comentários foram elogiando as aulas e professores.

Na Escola Integrada - Maria da Silveira (no S.B.) - CRAS Biquinhas as treze solicitações foram ter mais dias de treino.

No Campo do São Bernardo - CRAS Biquinhas os seis comentários foram em relação tempo de aula, que segundo os alunos 50 minutos é muito pouco para ter um desempenho em competições.

Na Associação Pequeno Cristo - CRAS Morro das Pedras os dois comentários foram elogiando a professora e a qualidade das aulas.

No Centro de Acolhida Betânia - CRAS Havaí os quarenta e dois comentários foram elogiando a estrutura, qualidade das aulas e o trato do professor.

Na quadra do CRAS Havaí os dezessete comentários foram elogiando as aulas e parte deles solicitando uma melhor limpeza do espaço físico.

Na quadra do CRAS Novo Ouro Preto os oito comentários solicitaram a cobertura da quadra, pois em dias de muito sol ou chuva a qualidade das aulas fica prejudicada.

Na Quadra Santa Rosa - CRAS Santa Rosa os oito comentários foram solicitando uma melhor estrutura do espaço físico, pois falta um banheiro e um bebedouro.

No CRAS Lagoa tivemos apenas um comentário e este elogiando a qualidade da aula e postura da professora.

Na Escola Integrada - EM Dora Tomisch Laender os treze comentários foram relacionados a melhora da estrutura física da quadra e sala de dança.

Em sua grande maioria houve um destaque para elogio na qualidade das aulas. As críticas giram em torno das condições estruturais e materiais. As

sugestões são basicamente relacionadas ao aumento no número de aulas (e da duração destas) e de jogos amistosos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A motivação que gerou a realização deste estudo, partiu do interesse em trazer uma avaliação sobre os resultados obtidos com o *Programa Esporte Esperança*, constituindo em uma política pública, cujo propósito é oferecer oficinas de esporte e lazer a crianças e adolescentes, moradores de áreas vulneráveis de Belo Horizonte.

A fim de atingir os objetivos estabelecidos para esse estudo, foi preciso desenvolver uma pesquisa bibliográfica exploratória que fundamentasse toda a abordagem.

Essa investigação teórica nos demonstrou as funções das Políticas Públicas, suas origens e conceitos os quais pode-se confrontar com os resultados obtidos nas avaliações realizadas.

Os resultados mostram que o programa é muito bem avaliado pelos usuários e que cumpre em parte os resultados e impactos esperados, porém traz alguns vícios na sua aplicação. A quantidade de alunos entre 6 e 7 anos sem condições de responder uma pesquisa prejudica o resultado. Outro ponto que deve ser destacado é que apenas 42% dos cadastrados responderam à pesquisa que, segundo os avaliadores, foi aplicada em um período chuvoso. Por se tratar de um programa que abrange várias ações com públicos diferentes os indicadores se tornam abstratos não podendo aprofundar em questões metodológicas.

No geral, pode-se dizer que os usuários estão bastante satisfeitos com o programa, demandando que este fosse ampliado. Pede-se que ocorram não só mais aulas, mas que estas tenham uma maior duração. Pede-se também que se faça mais jogos amistosos. Perguntas qualitativas também se mostraram relevantes, uma vez que possibilita detectar melhorias pontuais, como maior educação por parte de alguns professores ou melhorias na infraestrutura de quadras específicas. Resta saber se estas melhorias serão efetivamente implantadas, uma vez detectadas. Por fim, faz-se necessário também identificar possíveis bairros ou comunidades carentes onde o programa poderia ser implantado, objeto não tratado neste trabalho.

As políticas públicas representam a movimentação do Estado em busca de melhorias para a população. No que tange a Políticas Públicas destinadas ao

esporte e lazer encontrou-se muito pouca publicação acadêmica, o que demonstra uma falta de interesse em pesquisar essa prática que é significativa para a população carente. O pouco material encontrado, resulta em decorrência da Constituição Federal de 1988 que insere essa questão. Nesse sentido, torna-se relevante a contribuição que essa avaliação dos resultados do Programa Esporte Esperança pode apresentar.

A principal contribuição que deixo com essa pesquisa é a perspectiva de motivar novas publicações e estudos que se somem ao que já existe e contribuam para o desenvolvimento de novas propostas de políticas e programas que venham a atender a população mais carente economicamente.

## 7 REFERÊNCIAS

ABDALA, E. C.; TAKIMURA, M. T. Estratégia e responsabilidade socioambiental: uma análise de conteúdo em instituições financeiras nacionais e estrangeiras instaladas no Brasil. Internext – Revista **Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 156-186, jul./dez. 2012.

ANDRADE, A. C; ALMEIDA, M. A. B. de. Análise documental das políticas públicas de incentivo as práticas físico-esportivas e de lazer para as pessoas com deficiência no Brasil. **Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP**, Campinas, n. 3, p. 42 -60, Dez. 2012

BENTO, J. O. Contexto e perspectivas. In J. O. **Desporto: discurso e substância**, 1999.

BOBBIO, N **Teoria geral da política**: a filosofia política e a lição dos clássicos/ Norberto Bobbio; organizado por Michelangelo Bovero. Tradução de Daniela Beccaccia Versiani. RJ: Campus, 2000. 717p. Título original: Teoria generale della politica

BORGER, F.G. **Considerações teóricas sobre responsabilidade social empresarial**. Faculdade de Contabilidade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade Federal de São Paulo, 2001. Disponível em: [arquivototal.pdf \(ufpb.br\)](#). Acesso em: 23.11.2022.

BOURDIEU, P. **A casa do rei à razão de Estado**: um modelo da gênese do campo burocrático. In: WACQUANT, L. O mistério do ministério: Pierre Bourdieu e a política democrática. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 41-70.

FGV Clear. **Avaliação de Impacto: caminho para conhecer os efeitos de uma política pública**. Blog, Equipe FGV Clear 26/07/2022

FGV Clear. **Avaliação de Resultados: como verificar o cumprimento dos objetivos de uma política pública**. Blog, Equipe FGV Clear 31/08/2022

FREY, K. **Políticas públicas**: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e políticas públicas, n.21, jun de 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JANNUZZI, Paulo de Martinho. **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil**, 2005.

JANNUZZI, Paulo de Martinho. Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais: revisitando mitos e recolocando premissas para sua maior efetividade na gestão, 2013. (Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação, vol.5, p.4-27, 2013).

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Mapa de processos e resultados de programas sociais como instrumento como especificação de pesquisas de avaliação**

**e sistema de indicadores de monitoramento.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2016.

LASWELL, H.D. *Politics: Who Gets What, When, How.* Cleveland, Meridian Books. 1936/1958. In: SOUZA. C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 14.12.2019.

LINDBLOM, C. E. *The Science of Muddling Through, Public Administration Review* 19: 78-88. 1959. In: SOUZA. C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Disponível em: [a03n16.pdf \(scielo.br\)](#). Acesso em 21.11.2022.

LINHALES, M. A. Jogos da política, jogos do esporte: subsídios à reflexão sobre políticas públicas para o setor esportivo. In: MARCELINO, N. C. (Org.). **Lazer e esporte: políticas públicas.** 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

LINHALES, M. A.; PEREIRA FILHO, J. R. Intervenção, conhecimento e mudança: a Educação Física, o esporte e o lazer nas políticas públicas. In: GOELLNER, S. V. **Educação Física / Ciências do Esporte: intervenção e conhecimento.** Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

LIRA, R. A. **Representação, participação e cooptação nos conselhos municipais em Campos dos Goytacazes.** 2012. 129 f. Dissertação (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes-RJ., 2012.

MACEDO, N.M.M.N. **Diagnósticos das responsabilidades social empresarial.** Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: [arquivototal.pdf \(ufpb.br\)](#). Acesso em: 23.11.2011.

Madeira, Ligia Mori. **Avaliação de Políticas Públicas,** 2014.

PERES, F. A. S. et al. **A política de Esporte e Lazer em Belo Horizonte, no exercício da intersetorialidade.** In: MOURAO, M. A.; PASSOS, A. D. B.; FARIA, C. A. P. (Orgs.) O programa BH Cidadania: teoria e prática da intersetorialidade. Belo Horizonte: Unika, 2011. p. 85-93.

PETERS, B. G. Review: **Understanding Governance: Policy Networks, Governance, Reflexivity and Accountability** by R. W. Rhodes, *Public Administration* 1998, 76: 408-509.

PINTO E SILVA, O. O trabalho parassubordinado. **Revista USP.** Disponível em: [Vista do O trabalho parassubordinado \(usp.br\)](#). Acesso em: 23.11.2022.

RAMOS, Marília Patta Ramos. **O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplo de avaliação no Brasil.**

SIMON, H. Administrativo. Rio de Janeiro: USAID. 1957. In: SOUZA. C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Disponível em: [a03n16.pdf \(scielo.br\)](#). Acesso em 23.11.2022.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: conceitos, tipologias e sub-áreas.** Trabalho elaborado para a Fundação Luís Eduardo Magalhães, em dezembro de 2002. Disponível em: [Microsoft Word - Politicas publicas - FLEM.doc \(pucgoias.edu.br\)](#). Acesso em: 12.12.2022.

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>, Acesso em: 23.11.2022.

SOUZA, M.A.N de. **Responsabilidade social empresarial**. Universidade Candido Mendes. Projeto lato sensu. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <K206940.pdf> (<avm.edu.br>). Acesso em: 23.11.2022.

TUBINO, M. J. G. **As dimensões sociais do esporte**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1992.

VERONEZ, L. F. **Quando o Estado joga a favor do privado**: as políticas de esporte após a Constituição Federal de 1988. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2013.

ZUCHETTO, A. T.; CASTRO, R. L. V. G. As contribuições das atividades físicas para a qualidade de vida dos deficientes físicos. **Revista Kinesis**, v.26, p. 52-166, 2002.